

MOVIMENTO DE MULHERES INDÍGENAS SATERÉ-MAWÉ: UNIÃO E ORGANIZAÇÃO NA LUTA CONTRA A FOME (MANAUS/AMAZONAS, 1990-2000)

Vanessa Miranda¹⁴

Introdução

A experiência do movimento de mulheres indígenas na cidade desenha na tessitura de seu fazer-se a participação social pela constituição de políticas públicas específicas voltadas ao combate da fome e da miséria. Na análise da trajetória da Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé da cidade de Manaus/Amazonas (AMISM), depreende-se a íntima ligação entre a presença das mulheres nas lutas do movimento indígena pela terra e o combate à fome e à miséria, participando delas como sujeitos sociais ativos e transformadores, conquistando nessa construção visibilidade que confere “significado político às suas práticas” (PAOLI; SADER; TELLES, 1983, p. 149).

A AMISM foi fundada no ano de 1995, na aldeia Ponta Alegre da Terra Indígena Andirá-Marau, território reivindicado e conquistado pelo povo Sateré-Mawé no ano de 1986. Desde o início dos anos 1990, mulheres de famílias dessa etnia, moradoras de Manaus e migrantes de diferentes comunidades da Terra Indígena Andirá-Marau, iniciaram o movimento de participação junto ao movimento social indígena mais abrangente da cidade de Manaus cujo protagonismo era assumido basicamente por homens indígenas. Dessa participação, inicialmente, a liderança d. Zenilda da Silva Viláceo, uma das fundadoras da AMISM e sua expoente articuladora, conquistou no espaço de três anos a criação da associação com o apoio de outras mulheres Sateré-Mawé.

A AMISM¹⁵ possui sede no município de Manaus, mas previu e garantiu na sua constituição estatutária a participação paritária de mulheres Sateré-Mawé moradoras de diversas comunidades da Terra Andirá-Marau. Esse aspecto, especificamente, confere a esse coletivo de mulheres a criação de uma rede complexa de relações étnicas, envolvendo deslocamentos náuticos e meios tecnológicos de comunicação, dos mais simples, como envio e troca de cartas, ligações telefônicas, aos meios de mais difícil acesso nos anos 1990 e início dos anos 2000, como computador e internet. Contudo, a AMISM, no desenvolvimento de suas atividades e projetos de sustentabilidade, não perdeu de vista a ligação entre os indígenas que vivem em Manaus e os indígenas que permanecem nas comunidades Sateré-Mawé, buscando com isso superar dualismos e divisões ideológicas evidenciados por Sahlins (1997) em algumas vertentes da

14. É psicóloga e servidora pública da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SUSAM), doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre pelo Programa Saúde, Sociedade e Endemias da Amazônia (UFAM e Fiocruz-Instituto Leônidas & Maria Deane). E-mail: vangmira@hotmail.com. Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-7570-3155>.

15. As fontes apresentadas neste artigo sobre esta associação, bem como as discussões aqui propostas sobre sustentabilidade e cultura indígenas na Amazônia, são fruto de análises alcançadas em dissertação de mestrado e acompanhamento de atividades desenvolvidas pela AMISM entre os anos de 2010 a 2015. Cf.: MIRANDA, V. *Mulheres indígenas na cidade: cultura, saúde e trabalho. Manaus (1995-2014)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia. FIOCRUZ/UFAM, 2015

Antropologia Social como as separações campo/cidade, rural/urbano, “gente da tribo” / “gente da cidade”.

O enfrentamento da condição social de fome e miséria, e problemas daí decorrentes, constituíram eixo fundamental dos processos de formação política das mulheres da AMISM, ao que propõem, ao longo dos anos 1990, e início dos anos 2000, a partir de discussões e amadurecimento da própria comunidade, projetos alternativos de Artesanato, Lavanderia, Corte e Costura, Cozinha Alternativa, Roça Comunitária, Reflorestamento, Projeto do Guaraná, Criação de Galinhas, Criação de Abelhas, Projeto Coleta do Lixo. Importante ressaltar que esses projetos, na sua maioria, chegam a se concretizar efetivamente, ainda que em condições precárias e apoio de recursos econômicos restritos. Sobre os projetos Lavanderia e Cozinha Alternativa, por exemplo, temos poucos registros quanto ao tempo de duração, ou maiores detalhes do seu funcionamento cotidiano, sinalizados em atas de reuniões, pequenos encontros e esboços de projetos escritos à mão. Dentre todos os projetos iniciados pela própria AMISM, ou que, propostos por outras entidades, recebem então o seu apoio são o Projeto Guaraná, Coleta de Lixo e o de Artesanato, os quais fincam raízes que vicejam em fortes iniciativas ainda hoje.

O Projeto Guaraná, desde o seu início no ano de 2001 até os dias atuais, tem sido coordenado pelo Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), tendo a AMISM participado ativamente das articulações realizadas para a sua concretização naquele primeiro momento. Ao longo desse período, tem a AMISM constituído todo um conjunto de experiências a partir de práticas de trabalho contínuo em torno do artesanato, conquistando as suas associadas por meio dessa produção diferentes lugares sociais, e parte significativa da sua renda familiar ou individual. As peças confeccionadas – colares, anéis, pulseiras, brincos, presilhas e outras – são todas feitas com riqueza e variedade de sementes coletadas e posteriormente beneficiadas em maquinário próprio, com técnicas de polimento e tingimento criadas pelo movimento (SERTÁ, 2011; 2013). Artigos ligados ao artesanato tradicional, como cestarias, redes, pega-moça, pau de chuva etc., também são produzidos para a venda.

Importante observar que os adornos criados para o comércio seguem linha estética diversa daquela utilizada pelas mulheres Sateré-Mawé. Por serem de uso doméstico ou religioso, os colares tradicionais não são comercializados pelas indígenas. É importante reconhecer nessa decisão um elemento de resistência das mulheres Sateré-Mawé contra a exploração e consumo de adereços feitos para uso durante rituais e modos de vida ainda cultivados. Os adereços femininos criados para a venda seguem desenhos próprios das artesãs e dependem da criatividade de cada uma delas, combinando variadas sementes com outros materiais, desse modo, as indígenas da AMISM inventam *designs* originais e atraentes (MATOS, 1996).

Maria Inês Ladeira (1984), ao pesquisar modos de vida de mulheres guarani, moradoras em bairros periféricos de São Paulo (Mboi-Mirim, Morro da Saudade/Parelheiros, Crucutu e Jaraguá), e em “aldeias livres” do litoral paulista (Itanhaém, Peruíbe, Itariri, São Sebastião, Ubatuba), analisa formas de produção e venda de artesanato próprias daquelas indígenas, em experiência que, contudo, apresenta pontos de aproximação com a realidade de trabalho e criação das mulheres Sateré-Mawé, em comunidades da Terra Indígena Andirá-Marau, ou em bairros periféricos de Manaus (Morro da Liberdade, Redenção I, Tarumã-Açu, Compensa II, Cidade Nova).

O artesanato de uso doméstico e religioso não é comercializável. Muito mais simples, sem os adornos e as cores vibrantes, destina-se exclusivamente ao uso da comunidade. Somente sob encomenda, para museus ou exposições, os Guarani fabricam as peças (pilões, bancos, colares, maracás, cachimbos, cestos) que são vendidas novas, sem uso. Muito raramente aceitam negociar uma peça destas já usada, principalmente as peças de uso religioso como os cachimbos, os colares e maracás (LADEIRA, 1984, p. 144).

Vale observar que mesmo a produção comercial de artesanato dessas comunidades jamais alcança escala de distribuição comercial. Contudo, tanto a AMISM, como outras associações de mulheres indígenas da Amazônia Legal (RELATÓRIO II ASSEMBLEIA GERAL DE MULHERES INDÍGENAS. DEMI/COIAB. Manaus, 2005. ARQUIVO AMISM) conquistaram um ritmo de produção capaz de movimentar relações de troca e de experiências que se estendem desde os saberes e práticas sociais de coleta das sementes, e outras matérias-primas extraídas da natureza, até o seu reconhecimento como artesãs profissionais. A conquista da condição profissional tem possibilitado a essas mulheres contribuir com saberes novos para o incremento do etnodesenvolvimento, defesa dos direitos indígenas, e sua participação em redes de economia solidária e comércio justo (CHERNELA, 2011; SMITH, 1999).

AMISM: ações de sustentabilidade e políticas públicas de Segurança Alimentar

Experiências em torno de práticas de trabalho pelo etnodesenvolvimento e sustentabilidade têm fundamentado ações de políticas públicas voltadas para o combate à fome e à miséria entre os povos indígenas no Brasil. Tais frentes de defesa ambiental e do direito ao trabalho vêm sendo incorporadas pelos movimentos de mulheres indígenas de modo estratégico na defesa dos seus direitos, algo que tem culminado em definições de papéis do Estado brasileiro e de seus órgãos públicos para a garantia da produção em comunidades agrícolas, visando geração de renda,

segurança alimentar e nutricional dos povos, dentre outros direitos fundamentais.

Aluta de mulheres e homens indígenas pela demarcação e homologação de territórios, pertencentes aos diferentes grupos étnicos, esteve em muitos momentos marcada por estratégias de combate à fome e enfrentamento da miséria, fenômenos dos quais a população indígena brasileira vem se defendendo e resistindo há séculos (LIMA JR.; ZETTERSTRÖM, 2002).

Com o avanço das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, as organizações indígenas de mulheres chegaram a mais um objetivo de ter conscientização (...). Esta união mostra que lutar junto se demonstra em grande avanço e conquistas contra as violências e outros direitos da mulher. (...) Não concordamos com a exploração das terras indígenas brasileiras e vamos lutar juntos para que elas sejam garantidas e respeitadas. Quando falava de organizações indígenas, de movimentos populares, de ongs, nós mulheres indígenas do Amazonas nunca tomemo conhecimento porque nós nunca fomos convidadas. Chegamos a conclusão de trazer nossas parenta aqui para Capital para juntos discutirmos os problemas e as dificuldades (...) (PEQUENO PROJETO DO 1º ENCONTRO DE MULHERES INDÍGENAS DO AMAZONAS. 1993. ARQUIVO AMISM)16.

Nas décadas de 1980 e 1990, conscientes de que as políticas de esbulho e de expropriação de suas terras iniciam longo processo de degradação da saúde alimentar de seus povos, associam os indígenas suas lutas históricas ao processo de outras frentes de resistência pela democratização da política brasileira, quando se alinha aquela militância às lutas sociais de trabalhadores rurais e urbanos.

Além das ações indenizatórias movidas contra a Elf-Aquitaine (empresa estatal francesa contratada pela Petrobrás para prospectar petróleo na Amazônia), nos anos de 1981 e 1982, os Sateré-Mawé, por meio de uma carta assinada por Antônio Ferreira (importante liderança do rio Andirá), solicitaram apoio aos movimentos sociais de trabalhadores, estudantes e antropólogos contra a construção da rodovia Maués-Itaituba (AM/PA), idealizada pelo Projeto de Lei nº 2.621, de 31 de março de 1980, de autoria do então deputado federal Vivaldo Frota (PDS-AM). Tal empreendimento fragmentaria o território Andirá-Marau em benefício dos exploradores do guaraná e de outras riquezas presentes naquelas terras indígenas (SOUZA et. al., 1981; BARROSO, 2011).

Importante ressaltar que, na leitura do texto que embasa o referido Projeto de Lei, não se encontra qualquer menção à existência de famílias Sateré-Mawé na região, organizadas, naquela ocasião, em dezenas de comunidades distribuídas entre os Rios Andirá, Marau, Urupadi e Uaicapurá, habitando toda a extensão de terra na qual a estrada seria construída. No entanto, em alguns trechos do texto da Lei, foram citados:

16. As transcrições das fontes apresentadas neste artigo seguem igual grafia e pontuação encontrada nos registros mantidos no acervo/arquivo da AMISM. A opção em manter as formas de escrita e organização textual encontradas nesses manuscritos consiste em evidenciar que, as mulheres participantes da AMISM, mesmo submetidas a acesso extremamente desigual ao direito à educação escolar, souberam superar a ideologia do analfabetismo/pobreza que oculta essa condição, para atingirem também no espaço da escrita a defesa de sua própria memória e transparência dos atos e decisões que regulamentam o caráter administrativo do movimento.

[...] o surgimento e a expansão de núcleos agrícolas, dado o elevado índice de fertilidade dos solos e o aparecimento de complexos industriais para o aproveitamento de jazidas de ouro, ferro, calcário e manganês existentes na área, além de “atividades econômicas extrativistas - borracha, madeira, castanha, óleo de pau-rosa, peles silvestres e outras” (BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1980, p. 1-3).

Dom Pedro Casaldáliga (*apud* SOUZA et al., 1981), a partir de longa militância católica ao lado de indígenas e agricultores tradicionais da região norte do país, aponta, naquele momento, estratégias de resistência pela aproximação das lutas indígenas com as lutas da classe trabalhadora, alertando, contudo, para as diferenças e especificidades dessas experiências, sobretudo no campo das disputas em defesa de territórios indígenas.

A luta indígena, a luta operária e a luta camponesa são uma só luta, pois são lutas do povo oprimido, marginalizado, sem voz e sem vez, classe explorada, mão de obra barata, povo a serviço do lucro do capital nacional e internacional. Em virtude dos povos indígenas constituírem uma cultura diferente da nossa, estas lutas têm algumas diferenças que devem ser levadas em conta. A única garantia para a sobrevivência dos povos indígenas é a união, garantia que pode não ser suficiente, pois os setores que vão construir esta sociedade devem estar conscientes da existência de diferentes nações dentro do Brasil (CASALDÁLIGA *apud* SOUZA et al., 1981, p. 48-49).

A respeito de “constituírem uma cultura diferente da nossa”, os indígenas, por meio da “união” defendida por D. Pedro Casaldáliga, souberam conquistar e garantir dispositivos jurídicos e legais na Constituição de 1988, como o direito à cidadania e à autodeterminação dos diversos grupos étnicos. Desde esse momento, a ratificação do direito às terras indígenas aboliu, pela raiz, o projeto de “emancipação” do índio e seus “critérios de indianidade”, aplicados aos indígenas de maneira mais expressiva após o golpe civil-militar de 1964.

Dos desdobramentos promovidos em políticas públicas que buscaram atender às especificidades de grupos étnico-raciais e de gênero, após a aprovação da Carta Cidadã, não podemos deixar de mencionar o esforço dos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da presidenta Dilma Rousseff (2010-2014; 2014–exercício interrompido pelo Golpe de 2016) em viabilizar e implementar inúmeros programas sociais de distribuição de renda, com foco no combate à fome e à miséria, elevando os índices de desenvolvimento humano no país e conquistando a supressão do Brasil da lista de países que compõem “o mapa da fome elaborado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)” (ROUSSEFF, 2014, p. 19) mundialmente divulgado no ano de 2014 como fato de relevância histórica.

Tal fato, logo após o Golpe de 2016 e com o desmonte das políticas sociais então conquistadas, deixaria de ser uma realidade consolidada para se transformar em cenário de reempobrecimento da população brasileira com aumento significativo de problemas relativos à insegurança alimentar. Em 2019, Relatório da ONU/FAU constata que no Brasil, após 2016, houve crescimento da curva de desnutrição, aumento da obesidade e aumento da prevalência de anemia nas mulheres em idade reprodutiva.

A respeito das populações indígenas, textos de avaliação do *Plano Brasil Sem Miséria* (2010-2014), e de seus respectivos programas, publicados em 2014 pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (CAMPELLO; FALCÃO; COSTA, 2014), assumem desafios a serem ainda enfrentados no aprimoramento das políticas públicas específicas de combate à fome e à miséria, haja vista que “os povos indígenas representam um terço das pessoas mais pobres do mundo e sofrem com condições alarmantes em todos os países” (AMARAL, 2014, p. 101), não estando o Brasil livre dessa realidade. No entanto, apesar dos obstáculos, outro artigo que compõe a publicação aponta resultados significativos quanto ao indicador de pobreza multidimensional crônica por cor/raça (de 2002 a 2013), na redução desse fenômeno entre brancos e amarelos, comparados a negros (pretos e pardos) e indígenas, evidenciando a redução das desigualdades entre esses grupos, ao que se ressalta que “no grupo que historicamente mantinha maior incidência de extrema pobreza [no Brasil] - negros e indígenas - a taxa caiu com mais intensidade, de 12,6%, em 2002, para 1,7%, em 2013” (CAMPELLO; FALCÃO, 2014, p. 810, grifo meu).

A antropóloga Maria Helena Ortolan Matos (2006), ao realizar trabalho de campo em comunidades indígenas do Vale do Javari (AM), analisou parte dos desdobramentos das políticas sociais direcionadas a grupos étnicos após a promulgação da Constituição de 1988, indicando que, a partir desse momento, “novas visões de democracia e de cidadania movimentaram politicamente o país” (MATOS, 2006, p. 14). Nesse processo de conquista, propostas de políticas públicas específicas começam a ser legitimadas “para atender direitos de grupos socioculturais distintos – como os indígenas, os negros, as ‘populações tradicionais’ e os identificados como ‘povos da floresta’” (MATOS, 2006, p. 14). Considerando trajetórias de luta do movimento indígena por meio da criação do Conselho Indígena do Vale do Javari (CIVAJA), a antropóloga fez considerações em defesa dessas políticas públicas, inserindo nessa discussão os entraves da “homogeneidade sociocultural” ainda presentes na sociedade brasileira contemporânea.

Direitos básicos como acesso à terra e à educação, por exemplo, passaram a ser tratados pelo governo por meio de políticas públicas específicas,

atendendo às demandas dos movimentos políticos desses grupos específicos. No entanto, nem todos brasileiros aceitaram bem essas políticas, acusando-as de promoverem privilégios ao invés de direitos entre os cidadãos, devido à ideia de cidadania na sociedade brasileira ainda estar presa ao valor da homogeneidade sociocultural (MATOS, 2006, p.14).

Após a publicação do I Inquérito Alimentar dos Povos Indígenas (BRASIL. VIGISUS II, 2010), realizado nas cinco regiões brasileiras, entre os anos de 2008 e 2009, em uma parceria entre FUNASA, Ministério da Saúde e Banco Mundial, o Ministério do Meio Ambiente lança edital de chamada pública destinado especificamente às mulheres indígenas. No texto de apresentação do edital, foi explicitada a necessidade de realização de projetos autossustentáveis desenvolvidos e geridos por mulheres indígenas, como forma de atender às demandas de gênero, combater a discriminação e violência, além de buscar meios para reverter o quadro de saúde alimentar e de doenças prevalentes associadas à insuficiência nutricional em mulheres e crianças.

Cumprindo deliberação da 32ª Reunião do seu Comitê Gestor, realizada em Brasília-DF, de 09 a 11 de fevereiro de 2010, a Carteira Indígena lança, pela primeira vez, uma Chamada Pública de Projetos junto às Mulheres Indígenas, reconhecendo a necessidade de políticas públicas sensíveis às questões de gênero, um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, proclamados pela ONU, e considerando: o potencial já demonstrado pelas mulheres indígenas na condução de projetos que envolvem a melhoria da qualidade de vida dos seus povos, de suas comunidades e em especial das crianças e jovens indígenas; a necessidade de fortalecer as organizações de mulheres indígenas para o desenvolvimento de suas iniciativas de combate à discriminação e à violência, de defesa da preservação ambiental de suas terras e dos direitos indígenas. Ademais, esta Chamada Pública considera os resultados do I Inquérito Nacional de Saúde e Nutrição dos Povos Indígenas, publicado recentemente pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, que aponta um quadro preocupante quanto à saúde das mulheres, com o crescimento de doenças como hipertensão e diabetes, altos índices de anemia, sobrepeso e obesidade, que denotam a prevalência de alimentação inadequada e assinalam para a eminência de desenvolver políticas públicas de promoção de segurança alimentar e nutricional voltadas especificamente para as mulheres indígenas (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Comunicado da Carteira Indígena. Chamada Pública de Projetos Junto Às Mulheres Indígenas. Brasília/DF: 2010, p. 1).

A partir de fontes do próprio arquivo da AMISM, evidencia-se que, ao longo da década de 1990, as atividades de geração de renda, como enfrentamento da fome e da miséria, estiveram sempre atreladas a reivindicações do movimento por saúde materno-infantil, por direitos

sexuais e reprodutivos da mulher indígena, no combate ao alcoolismo e à violência contra a mulher, dentre outros:

Desde 1992, nós mulheres indígenas estamos se organizando para reivindicar nossos direitos na Constituição Federal: educação escolar bilíngue, saúde autossustentação. [...] apesar de se encontrarem dentro de um espaço urbano, mantém sua identidade cultural com traços fortes da sua cultura, onde planejam, discutem [...]. (PROJETO PARA AQUISIÇÃO DE UMA LAVANDERIA. Manaus, 10/01/1996).

Observa-se ainda por essa documentação que as atividades previstas para cada projeto eram mediadas por concepções de sustentabilidade, por saberes e práticas sociais cultivadas pelas mulheres e pelo povo Sateré-Mawé, capazes de gerar o mínimo de renda para a sua sobrevivência, tanto do movimento quanto das famílias que dele participavam, sem desconsiderar aprendizados próprios, preservados mesmo que com o manuseio de máquinas de costura, máquinas de secar mandioca, barcos motorizados, etc.

Prezada Amiga Maria,
Eu estou escrevendo para dar nos notícia aque tudo bem de saúde graças o tupã. A nossa associação está indo aus poco ja neste ano ja colhemos cimco alquero de sementi e sinal que ja esta melhorando para avista do que o meu povo estava sofrendo por falta do auto sustento ja chega 1% pucento melhor. [...] atencizamenti, Zenilda da Silva Vilácio. (coord. geral da AMISM) (CARTA À PREZADA AMIGA MARIA. Manaus, s/d. ARQUIVO AMISM)

Reuni com as mulheres [...]. Já estão com a roça pronta para fabricar a farinha. Elas pediram forno, casa de farinha completa. Da FUNAI pediram 3 fornos, um motor de rabeta, carro de mão. (RELATÓRIO DE ARTICULAÇÃO, 16/07/1997. ARQUIVO AMISM)

São Miguel. AMISM. Nome das Mulheres. Maria Antônia Garcia, Mari Garcia, Rosinha Garcia, Lenchita S. Souza, Marlene S. Souza [...]
Pela primeira vez pediram: 1 Motor rabeta Yamar. 3% HP. 1 Canoa para motor rabeta. Ass. Rainha Maria da Paz. (SOLICITAÇÃO COMUNIDADE SÃO MIGUEL. Rio Marau. Maués/AM, 02/12/1995. ARQUIVO AMISM)

As práticas de sustentabilidade para o enfrentamento da fome e da miséria, somadas à noção do direito à segurança alimentar dos povos indígenas, também aparecem como medida alternativa na agenda das políticas públicas de combate à fome experimentadas pelo Estado brasileiro durante a década de 1990. Durante o período, as dificuldades enfrentadas pela AMISM em dar continuidade aos projetos de autossustentação, mesmo na conjuntura daquelas iniciativas do Estado, evidenciam que a principal luta das mulheres foi a de exigir participação na formulação de políticas públicas que sem a presença real

dos movimentos sociais, de forma paritária e equitativa sobre o destino e aplicação de verbas, tendem ao fracasso. Os esforços próprios de organização dispensados pelas mulheres indígenas para o enfrentamento da fome reafirmaram direitos conquistados e garantidos pelo segmento na constituição de 1988. Na década seguinte, as mulheres da AMISM, mesmo estando já experientes de que sem a possibilidade real de participação social jamais se tornariam realidade aquelas políticas, tiveram ainda que aprender a lidar com a entrada de diferentes atores sociais bem intencionados ou não na realização de projetos para a população indígena, como ONGs internacionais e nacionais, órgãos indigenistas, pesquisadores de universidades brasileiras e estrangeiras, além do próprio Estado brasileiro.

A ação humanitária de ONGs junto a grupos indígenas da região amazônica foi intensificada na década de 1990. Luiza Garnelo (2012) avalia que, naquela década, após um conjunto de decretos da Presidência da República, é retirada da FUNAI parte significativa de suas atribuições em educação, saúde e preservação cultural, ficando a cargo dos ministérios equivalentes daquelas áreas instituírem políticas públicas voltadas aos indígenas, iniciando-se com isso um processo de mudanças estruturais. A autora afirma ainda que, se antes desse período as igrejas (católicas e protestantes) “representavam a principal presença não governamental no mundo indígena, esse leque se diversificou com a participação de entidades com mais diversos propósitos e matizes políticos” (GARNELO, 2012, p. 20). Outras dimensões quanto à presença de ONGs na Amazônia Legal dizem respeito, segundo Garnelo, primeiro, à estreita associação que se constitui entre a defesa das populações indígenas e a defesa da floresta amazônica, segundo, à persistência, ou mesmo recrudescimento, de conflitos entre índios e grupos de exploradores das riquezas minerais e extrativistas da região amazônica naqueles anos (GARNELO, 2012, p. 21).

O que se observa pelo arquivo da AMISM, é que essas relações entre ONGs, Igrejas e Grupos Indígenas não fizeram com que aquelas mulheres prescindissem de suas pautas de reivindicação quanto aos deveres do Estado brasileiro sobre direitos específicos conquistados na Constituição de 1988. Tampouco as mulheres indígenas se deixaram seduzir naquela década pela ação humanitária de ONGs, Igrejas, Fundações e do próprio Estado brasileiro, que, por sua vez, nas ações de combate à fome e à miséria, deu centralidade ao papel dos chamados Comitês de Ação da Cidadania e outros dispositivos, apoiando-se nos eixos básicos da privatização, publicização e terceirização da Reforma Administrativa do Estado. A partir desse momento, se esvaziam politicamente ainda mais a implementação

de iniciativas públicas de segurança alimentar de médio e longo prazos. Assim, seriam as políticas de segurança alimentar, durante a década de 1990, em grande medida agenciadas por ações filantrópicas de cunho emergencial, tanto por setores conservadores da sociedade brasileira quanto pelo próprio Estado.

Sobre as políticas de combate à fome, é importante destacar que o ano de 1993 ficaria marcado por série de acontecimentos que ganham então repercussão nacional, influenciando o estabelecimento de ações e prioridades nos governos subsequentes ao impeachment de Fernando Collor de Mello da presidência da República (VALENTE, 2002, p. 73). Um desses acontecimentos é a publicação dos resultados da pesquisa intitulada “Mapa da Fome”, realizada no ano de 1993 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Os dados revelaram, na ocasião, um quantitativo de 32 milhões de brasileiros vivendo em condições de extrema miséria e pobreza no país. Evidencia-se, a partir dos dados coletados naquela pesquisa, que os maiores atingidos pelas condições de insuficiência alimentar e nutricional eram crianças e mulheres (PELIANO, 1993 *apud* VALENTE, 2002, p. 73).

Igualmente relevante é a reapresentação em 1993 de proposta para um Plano Nacional de Segurança Alimentar (Governo Paralelo do Partido dos Trabalhadores, PT, 1991) por Luiz Inácio Lula da Silva, na ocasião presidente do partido, ao então presidente da República Itamar Franco, depois de ter sido rejeitada pelo governo Collor. Pelo referido Plano, a condição da miséria e da fome eram inseridas dentro de conjuntura mais ampla de problemas estruturais, existentes no campo da educação, da saúde, da geração de empregos, da reforma agrária, e da reforma urbana, pelo que se evidenciava que as políticas de combate à fome precisariam estar acompanhadas de um conjunto de ações de outras políticas públicas (VALENTE, 2002, p. 58).

Durante o governo Itamar Franco, as iniciativas ficariam circunscritas ao âmbito de políticas emergenciais de distribuição de alimentos, programa de alimentação do trabalhador, diminuição da desnutrição infantil por meio de programas de distribuição de leite, descentralização das políticas de merenda escolar, além da criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e da Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania (VALENTE, 2002, p. 74).

Entre os anos de 1993 e 1994, são realizados pré-encontros municipais e estaduais para a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar (1ª CNSA), a qual acontece em Brasília de 27 a 30 de julho de 1994, contando com a participação de 1.800 delegados representantes de todos os estados brasileiros. Por meio do Movimento pela Ética na Política, é fomentada junto à Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania a criação do programa de Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida;

a partir desse programa, criam-se os Comitês da Ação da Cidadania, passando esses a funcionar em diversos municípios brasileiros. Vale lembrar a existência, já antes desse momento, de Comitês de natureza estatal, como os do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, ainda outros instituídos no âmbito de empresas privadas e, por fim, comitês coordenados por associações de bairro e igrejas. Algumas das experiências locais de comitês formados em cidades brasileiras foram destacadas no Relatório Final da 1ª CNSA. (BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. 1ª CNSA. Brasília/DF, 1995, p. 18-21). A questão indígena aparece no documento final daquela conferência atrelada à necessidade da reforma agrária, ao processo demarcatório das terras indígenas, e à adoção de “medidas diferenciadas e prioritárias às minorias étnicas.” (BRASIL: Conselho Nacional de Segurança Alimentar. 1ª CNSA. Brasília/DF, 1995, p. 154-155). Outro ponto discutido durante aquele encontro nacional foi o da definição do conceito de segurança alimentar, que passa a ser um direito humano à alimentação adequada, inscrito no texto da Constituição Federal, como direito social, somente em 2003, pelo artigo 6º, nove anos, portanto, daquela 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar: “São direitos sociais a educação, a saúde, a *alimentação*, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 6º, 1998; 2003; 2010).

Ao longo da década de 1990, dois processos concomitantes, com objetivos claros e comuns entre si, marcam perspectivas de lutas sociais em torno da construção de um “Brasil Moderno”, desejado pelas classes dominantes, e temido pelas classes trabalhadoras. De um lado, pôs-se em curso a Reforma Administrativa do Estado, e de outro, a construção de valores sociais pautados, como definiu Marilena Chauí (1998, p. 4-5), pela palavra de ordem “retorno à ética”, ou “necessidade de ética”.

Como é pensada essa ética, à qual se pretenderia “retornar”? Em primeiro lugar, como reforma de costumes (portanto, como moralidade) e como restauração de valores e não como análise das condições presentes de uma ação ética. Em segundo lugar, como dispersão de éticas (ética política, ética familiar, ética escolar, ética profissional [...]). (...) Fragmentada em pequenas éticas, (...) Passa a ser entendida como competência específica de especialistas (as comissões de éticas) que detêm o sentido das regras, normas, valores e fins locais e julgam as ações dos demais segundo esses pequenos padrões localizados, os quais, frequentemente, estão em contradição com outras localidades, pois a sociedade capitalista é tecida pelas contradições internas. Em terceiro lugar, é entendida como defesa humanitária dos direitos humanos contra a violência, isto é, tanto como comentário indignado

contra a política, a ciência, a técnica, a mídia, a polícia e o exército, quanto como atendimento médico-alimentar e militar dos deserdados da terra. É o momento no qual ONGs deixam de ser vistas e pensadas como partes de movimentos sociais mais amplos ligados à cidadania, para serem reduzidas à condição assistencial que a imagem das vítimas impõe à consciência culpada dos privilegiados.

Na ideia de um “retorno à ética”, como “reforma de costumes”, as mulheres indígenas são convocadas socialmente a compor um quadro de moralidades e “restauração de valores” na figura de nutrizes e reprodutoras, quando, uma vez inscritas na ordem do natural e do orgânico, são desconsideradas como sujeitos sociais que participam de uma cultura do trabalho com a terra. Desse modo, a condição social das mulheres indígenas, atravessada por relações de contradição entre natureza, cultura, e capital, é submetida à lógica capitalista, que divide e separa produção e reprodução da vida, naturalizando a condição feminina e aquelas contradições. Em meio a essa “necessidade de ética”, toda a cultura de subsistência alimentar, como característica intrínseca de sociedades indígenas, e a participação política das mulheres, nessa cultura do trabalho com a terra, são vistas como algo já dado e natural, desconsiderando-se o fato de serem essas relações históricas, sempre em movimento, e não estáticas.

Lutando contra a violência da naturalização das relações de gênero no interior da cultura de subsistência alimentar, as mulheres indígenas da AMISM apresentam formas de trabalho e organização que resistem à ética “fragmentada em pequenas éticas”, para se colocarem como sujeitos históricos em disputa na sociedade capitalista “tecida pelas contradições internas”. Nesse sentido, as mulheres indígenas da AMISM resistem às políticas de “atendimento médico-alimentar e militar dos deserdados da terra”, afirmando-se como sujeitos históricos ativos, logo, como sujeitos de direitos, que buscam participar das “condições presentes de uma ação ética”, criando a partir de relações intersubjetivas os sentidos de cidadania e cultura que recusam o lugar-imagem de vítimas como imposição da “consciência culpada dos privilegiados”.

AMISM, trabalho, cultura e união

Déa Ribeiro Felon (2009), problematizando a atividade de pesquisadores nas ciências humanas, pensa em dimensões da realidade social vivenciada naquele início dos anos 1990, sobre a qual, como “cientista social”, defendia a construção de “uma perspectiva de transformação”. Por meio de um diálogo amplo e aberto, a historiadora, inserida nos debates daquele período de enfrentamentos políticos difíceis, reflete sobre o significado de um clima de desencanto, desesperança e cansaço que

então perpassava “alguns de nós na sociedade brasileira” em momento da “chamada transição democrática” ou “Brasil Novo”, evidenciando o forte movimento de recuperação da ditadura civil-militar sobre os movimentos sociais, inclusive no campo do conhecimento (FENELON, 2009, p. 27). Assim como Marilena Chauí, Déa Fenelon (2009, p. 27) pensa sobre a ação ética como ação de sujeitos sociais, e não como um “retorno à ética”, “a sensação de que, como cidadãos, ‘a gente somos inúteis’”, sendo necessário “o enfrentamento da certeza de que nossos modelos e nossas concepções do social estão em crise, porque não conseguem dar conta destas questões presentes no cotidiano”. Vai aí o firme propósito de considerarmos a indefinição do presente na sua positividade, e não como um tempo homogêneo e vazio. Nas palavras da historiadora:

E afinal, se este é o nosso presente e se concordamos que “a História é um objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras” como disse Benjamin, precisamos fundar um conceito sobre este presente e este agora, pois é com ele que vamos preencher o tempo histórico, sempre assumindo o campo imenso de possibilidades que ele representa para os “fazedores de história” em todos os níveis e concepções. Neste sentido, queremos inverter a relação passado/presente para tornar mais explícita a relação do momento do qual partimos, ou seja, entre nossos problemas, nossas lutas e a experiência histórica de outros momentos, para conseguir assim politizar a história que transmitimos e produzimos (FENELON, 2009, p. 29).

Com o olhar voltado para a prática política de um campo da pesquisa comprometido com a transformação de realidades sociais dramáticas, como a situação da fome, da pobreza e da desnutrição, e com a construção de um olhar voltado para o fazer-se e para a experiência social da classe trabalhadora, outra dimensão enfatizada pela autora diz respeito aos problemas sociais e estruturais enfrentados naquele momento pela população brasileira.

Todas as críticas que vimos estabelecendo às ideias de progresso, racionalidade, desenvolvimento, que marcaram o avanço do capitalismo e as análises sobre as concepções do social, terminaram por nos levar à constatação de que afinal estamos vivendo a superação da modernidade ou a despedida de utopias realizadas sob a forma de pesadelos, que configuram o estado de pobreza absoluta em que vivem $\frac{3}{4}$ da população mundial, a fome, a miséria, a desnutrição, o desemprego, os desastres ecológicos, os armamentos nucleares e a possibilidade de extermínio e da destruição total. É o cansaço e a saturação do sonho liberal e a necessidade de exorcizar o passado (FENELON, 2009, p. 28).

Na “necessidade de exorcizar o passado” e transformar a realidade da miséria e da desnutrição, as mulheres

indígenas da AMISM criaram relações com diversas instituições, participando de coletivos para o enfrentamento da fome sem perder a dignidade. Na abertura dos trabalhos da II Assembleia Geral da AMISM (1995), Zenilda faz a leitura da Carta Da Terra aos participantes e convidados, escrita no ano de 1994 pelo sociólogo Herbert Vianna de Souza, o Betinho, assinada por pessoas e entidades em defesa da reforma agrária, “informando o seu significado para o povo indígena.” (ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS SATERÉ MAWÉ. II ASSEMBLEIA GERAL DA AMISM. Aldeia Ponta Alegre, rio Andirá. Barreirinha/AM, 20-23/08/1995. ARQUIVO AMISM). A escolha pela leitura da Carta da Terra em reunião de fundação da associação, como assim ficou registrado, há de se supor que as indígenas da AMISM buscavam já naquele momento, como em outros, superar “o cansaço e a saturação do sonho liberal” priorizando para o seu movimento trabalhos de organização e união. Desse modo, as indígenas da AMISM fizeram constar na aprovação de seu Estatuto as seguintes diretrizes:

Capítulo II Dos Objetivos e Fins

Art. 3º - A AMISM tem como objetivo e fins:

- I - Lutar pelos direitos indígenas;
- II - Denunciar as violências praticadas contra as mulheres indígenas e, em caso de violência praticada por índio, levar o infrator às autoridades indígenas através do CGTSM;
- III - Orientar e levar informações para as comunidades;
- IV - Conscientizar as mulheres a lutarem por seus direitos;
- V - Incentivar os trabalhos comunitários;
- VI - Incentivar o plantio de mudas e sementes garantindo a auto-suficiência alimentar das tribos;
- VII - Reivindicar junto aos órgãos públicos municipal, estadual ou federal, a implantação de curso de alfabetização de adultos e de cursos profissionalizantes em cada comunidade;
- VIII - Reivindicar junto aos órgãos públicos da Saúde a implantação de uma maternidade dentro da área indígena (ESTATUTO DA AMISM, 1995. ARQUIVO AMISM).

Houve a preocupação, durante os primeiros anos de formação da AMISM, de criar meios para sua constituição enquanto movimento e associação organizada, a partir de dispositivos democráticos para seu funcionamento político, como a definição de Estatuto, e de dispositivos formais administrativos, como o registro da associação com número de CNPJ reconhecido em Cartório. Por experiência política, sabem as mulheres indígenas que a participação social na formulação de políticas públicas específicas requer a instrumentalização por parte do movimento de aparato formal administrativo, como uma das formas de se garantir frente aos processos de disputa por democracia e por seus direitos indígenas.

Do conjunto de atividades realizadas para a concretização dessas lutas, destacamos para análise os Relatórios das Viagens (1994-1995) realizadas pela AMISM às comunidades Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá-Marau. Viagens que marcaram um período de formação política da “base” e de estreitamento de suas relações com as mulheres indígenas da cidade. A confecção do artesanato nesse período garantiu um sistema de trocas entre as mulheres indígenas em Manaus e as mulheres das comunidades, fortalecendo laços de amizade, garantindo um lastro mínimo para uma economia solidária, e formando mulheres comprometidas com um fazer-se mediado por sentidos de direitos sociais atrelados à defesa dos modos de vida tradicionais, buscando nesse movimento abrir espaço na luta de classes e melhorar suas condições de vida.

No ano de 1994, há o registro de sete viagens em relatórios escritos à máquina de escrever, organizados por relatos ora de caráter descritivo das atividades realizadas em cada dia de viagem, como conversas de mobilização tidas com as mulheres e tuxauas de cada comunidade, com os capitães e tuxauas gerais de cada rio, com funcionários da FUNAI e da CASAI (Casa de Saúde Indígena), ora de caráter interpelativo sobre as dificuldades enfrentadas pelas comunidades em busca de condições dignas de vida. O problema da fome e da miséria esteve presente em quase todas as viagens, sendo mencionado de forma direta ou indireta na escrita dos relatórios:

No dia 23/02/94 - Durante o dia fomos visitar a comunidade São Pedro e lá chegamos às 3:00h e estivemos reunidas com 40 mulheres que estavam fazendo curso de corte e costura e estavam bastante interessadas em aprender. À noite ouvimos a palestra dos Tuxauas que também prestaram homenagem ao trabalho dos missionários católicos. Nessa palestra foi abordado o seguinte assunto: desnutrição (RELATÓRIO VIAGEM. MANAUS-PARINTINS-MAUÉS-MANAUS. 19-24/02/1994. ARQUIVO AMISM).

No dia 10/03/94 - fiquei ajudando as mulheres peneirar massa e ralar mandioca mantendo contato com as mesmas. O cardápio do dia foi goma, tacacá, xibé, foram 5 (cinco) dias de trabalho dentro do Rio Marau. Há muita falta de alimentação e principalmente para as mães que estão amamentando, pois elas não estão se alimentando direito. Isso pode ocorrer alto índice de mortalidade infantil e desnutrição.

No dia 16/03/94 - Eu ensinei juntamente com a Coordenadora as mulheres da Nova Esperança a fazerem brincos de caroços de Tucumã e também fomos pescar, pegamos 4 peixes que foram repartidos.

No dia 17/03/94 - Amanhecemos pescando, pegamos dois peixes (RELATÓRIO VIAGEM. RIO ANDIRÁ E RIO MARAU - SATERÉ-MAWÉ. 04-21/03/1994. ARQUIVO AMISM).

A fome vivenciada pelas comunidades indígenas tem sido apresentada à sociedade de diferentes formas, tanto pelo movimento indígena, como fez a AMISM, quanto por

pesquisas sociais que buscam desfazer os mitos da bonança e da fartura alimentar entre essas populações. Na verdade, tais mitos têm ocultado ideologicamente as dificuldades enfrentadas no dia a dia pelas famílias indígenas para a garantia de alimentação de qualidade em conjunturas históricas de destruição de seus modos de vida. Mauro Leonel (1998), no livro *A morte social dos rios: conflito, natureza e cultura na Amazônia*, parte da concepção de que a degradação ambiental na Amazônia é fruto de um processo de exploração capitalista das riquezas minerais, extrativistas e da mão de obra indígena local, e de outros povos tradicionais. Para o autor, a fome enfrentada pelas comunidades indígenas está diretamente relacionada à atividade comercial pesqueira depredatória, à contaminação dos rios por atividades de mineração que não respeitam as leis do meio ambiente, e à tentativa de destruição dos modos de vida indígenas, como a pesca, a roça, a caça, a coleta, e o extrativismo. Sobre alguns dos efeitos reais desse processo social de degradação dos rios, observa Leonel a escassez de peixe e a sua contaminação por mercúrio, minério encontrado em amostras de sangue de populações indígenas recolhidas e examinadas por grupos de pesquisadores da Fiocruz do Rio de Janeiro.

Os problemas enfrentados pelas mulheres indígenas da “área” eram discutidos e repassados para as mulheres indígenas da cidade, e entre uma viagem e outra, as participantes da AMISM não pararam de fazer reuniões e aprimorar suas decisões voltadas para processos de união, que tinham como objetivo principal, dentre outros, a organização e realização da I Assembleia Geral da AMISM.

Em 07 de junho de 1994, as mulheres se reuniram na sede da COIAB para um novo encontro, deliberando aí pela formação de uma comissão composta por três mulheres, Maria Lucia Souza Nascimento, Milce e Terezinha, com o intuito de compor os trabalhos da direção da associação, estabelecendo encontros quinzenais, a fim de coordenarem as atividades que estavam em foco naquela ocasião. Nesse mesmo dia, as mulheres ainda definiram, além da continuidade da confecção de artesanato, mais uma linha de ação para a geração de renda e manutenção inicial da associação: a construção de uma horta.

As mulheres decidiram construir uma horta no terreno da associação, no bairro da Redenção. Esta horta será feita para ser distribuída entre as mulheres. O CIMI doou esterco e vai doar terra. Foi votado no encontro que a construção desta pequena horta deve prosseguir. As mulheres tem um terreno no Tarumã e outro no Manaquiri. A presidente propôs que fosse plantado mandioca e macaxeira. Os resultados dessa plantação ajudará [sic.] na alimentação para a assembleia que acontecerá em dezembro (RELATÓRIO REUNIÃO/ ENCONTRO AMISM. Manaus, 07/06/1994. ARQUIVO AMISM). W

Também foram registrados, no relatório, os apoios oferecidos pela COIAB e pelo “Comitê da Ação e Cidadania contra a Fome pela Vida” para a realização daquela reunião.

Agradecemos o apoio da COIAB que nos cedeu o espaço físico para a realização deste evento; um garrafão de água mineral; pratos e colheres e também a Irmã Alzira do Comitê da ação e cidadania contra a fome pela vida, que nos doou 50.000 cruzeiros reais para comprarmos comida para o encontro (RELATÓRIO REUNIÃO/ENCONTRO AMISM. Manaus, 07/06/1994. ARQUIVO AMISM).

Dos apoios recebidos para as viagens feitas à “base” há menção nos relatórios de diversas instituições e atores sociais podendo ser agrupados da seguinte maneira: Órgãos Públicos (Prefeituras, FUNAI, Fundação Nacional de Saúde - FNS, Secretarias), ONGs (Ameríndia Coperación e ACOPIAMA), Organizações Indígenas da “base” (Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé – CGTSM, Organização dos Agentes de Saúde Indígenas Sateré-Mawé – OASISM, Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé – OPISM), Organizações Indígenas na cidade (COIAB, Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas – MEIAM, Rede GRUMIN de Mulheres Indígenas, AMARN, AMISM), Igreja Católica e Evangélica (Missionários católicos e evangélicos), CIMI, Universidades (Pesquisadores estrangeiros e brasileiros).

O estreitamento das relações tidas com os participantes dos Movimentos Indígenas da “área” foi essencial para as mulheres indígenas engendrarem formas de trabalho entre si. O CGTSM, movimento liderado por homens indígenas e com forte presença política na “área” desde 1987, ofereceu inicialmente às mulheres indígenas da AMISM seus espaços de encontros existentes em comunidades dos Rios Marau, Andirá, Urupadi e nos municípios de Maués, Barreirinha e Parintins. A experiência de organização adquirida pelo CGTSM foi sendo em parte integrada às experiências de formação da AMISM como movimento. A possibilidade de participar das Assembleias do CGTSM e de seus modos de registro, assim como o convívio durante esses encontros com os tuxauas gerais de cada rio, tuxauas e capitães de cada comunidade (todos participantes do CGTSM) proporcionaram ao menos dois desdobramentos importantes para o movimento de mulheres indígenas, a saber a apropriação coletiva de práticas sociais e articulações políticas, a partir de um movimento que falasse por boca própria, e a participação ativa das mulheres indígenas da “área” e da cidade nas Assembleias do CGTSM, algo que não acontecia anteriormente de forma direta e assídua. É possível depreendermos desse processo uma transformação significativa das relações de gênero no interior do próprio movimento indígena, que desde o seu aparecimento havia sido, predominantemente, organizado e liderado por homens.

A realidade da exploração do trabalho que divide a sociedade entre dominados e dominadores adentrou os modos de vida tradicionais das nações indígenas, em longo processo que vem se configurando de diferentes maneiras desde a chegada dos europeus na Amazônia. Essa correlação de forças instituída pelas relações de exploração do capital modificou em muitos aspectos a divisão social de tarefas entre homens e mulheres nos diferentes grupos indígenas. Muito embora tenham os indígenas resistido à destruição de seus modos de vida tradicionais ao longo desses processos de expropriação, o que presenciamos com a exploração mais recente de minério, madeira, pesca, borracha, castanha, guaraná, etc., dentro de terras indígenas, é a alteração significativa na divisão social de tarefas entre aqueles homens e mulheres, proletarizando essa população pela divisão social do trabalho. As experiências de mulheres indígenas no interior dessas sociedades nos trazem suficientes elementos de realidade para constataremos que a participação social da mulher nessa condição de exploração passou a ser regida por uma relação de desvalorização e submissão social nas esferas doméstica e pública de um determinado grupo social étnico. Essas relações de desigualdade contribuíram igualmente para a tentativa de alijamento da participação social das mulheres indígenas na esfera política, buscando invisibilizá-las no campo das lutas sociais. Situação que tem reforçada a sua superação pelas próprias mulheres quando o movimento indígena une suas pautas de reivindicação a outros movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos sem com isso perder as suas especificidades étnicas, culturais e de gênero.

Fontes

Arquivo AMISM:

Ata de Fundação da Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé. II Assembleia Geral da

AMISM. Aldeia Ponta Alegre, rio Andirá. Barreirinha/AM, 20-23/08/1995.

Carta à Prezada Amiga Maria. Manaus, s/d.

Estatuto da AMISM. 27/12/1995.

Pequeno Projeto do 1º Encontro de Mulheres Indígenas do Amazonas. s/d.

Projeto para Aquisição de uma Lavanderia. Manaus, 10/01/1996.

Relatório de Articulação, 16/07/1997.

Relatório II Assembleia Geral de Mulheres Indígenas. DEMI/COIAB. Manaus, 2005.

Relatório Reunião/Encontro AMISM. Manaus, 07/06/1994.

Relatório de Viagem. Manaus-Parintins-Maués-Manaus, 19-24/02/1994.

Relatório de Viagem. Rio Andirá e Rio Marau - Sateré-Mawé, 04-21/03/1994.

Solicitação Comunidade São Miguel. Rio Marau. Maués/AM, 02/12/1995.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Aline Diniz. O Papel do Cadastro Único No Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza Helena G. B.; SILVA, Tiago Falcão; COSTA, Patrícia Vieira da (Orgs). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 97-128.

BARROSO, Milena Fernandes. **Rotas Críticas das Mulheres Sateré-Mawé no Enfrentamento da Violência Doméstica: novos marcadores de gênero no contexto indígena**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Manaus: UFAM, 2011.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 2621, de 31 de março de 1980**, 24 p. Inclui no Plano Nacional de Viação, aprovado pela lei n.º 5.917, de 10 de setembro de 1973, a ligação rodoviária Maués (AM) - Itaituba (PA), de autoria do Deputado Federal do Amazonas, Vivaldo Frota (PDS). Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Secretária Executiva da Ação Nacional da Cidadania. **Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida. 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar**. Brasília/DF: 1ª CNSA, de 27 a 30 de julho de 1994. Relatório Final, 201 p. Rev. de James A. Segurado Paranayba. Brasília/DF, 1995. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/1a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/1-conferencia-completa.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Comunicado da Carteira Indígena. Chamada Pública de**

Projetos Junto Às Mulheres Indígenas. Brasília/DF: 2010, 3p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/mural/arquivos/edital-mulheres-versao-final.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Funasa. **I Inquérito Alimentar dos Povos Indígenas. Compilação de resultados Funasa**, 2010. 39 p. Disponível em: 6ccr.pgr.mpf.mp.br/.../Apresentacao_Iquerito_Funasa_11_05_10.pdf. Acesso em: março de 2015.

CAMPELLO, Tereza Helena G. B.; SILVA, Tiago Falcão; COSTA, Patrícia Vieira da (Orgs). **O Brasil Sem Miséria.** Brasília: MDS, 2014.

CAMPELLO, Tereza Helena G. B.; SILVA, Tiago Falcão. O Fim Da Miséria É Só Um Começo. In: CAMPELLO, Tereza Helena G. B.; SILVA, Tiago Falcão; COSTA, Patrícia Vieira da (Orgs). **O Brasil Sem Miséria.** Brasília: MDS, 2014.

CHAUÍ, Marilena. Ética e Violência. **Revista Teoria e Debate.** Edição 39. 1998. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/etica-e-violencia>. Acesso em: 25 mar. 2015.

CHERNELA, Janete M. Indigenous Rights and Ethno-Development: The Life of an Indigenous Organization in the Rio Negro of Brazil. **Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America:** Vol. 9: Iss. 2, Article 5. 2011. Disponível em: <http://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol9/iss2/5>. Acesso em: 18 mar. 2015.

FENELON, Déa Ribeiro. O Historiador e a Cultura Popular: História de Classe ou História do Povo? **História & Perspectivas**, Uberlândia (40): 27-51, jan. jun. 2009.

GARNELO, Luiza. Capítulo I. Política de Saúde Indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. (Orgs.). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema.** Brasília, MEC/SECAD, 2012.

LADEIRA, Maria Inês. Aldeias Livres Guarani do Litoral de São Paulo e da Periferia da Capital. In: **Índios no estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração.** Vários Autores. Comissão Pró-Índio de São Paulo. São Paulo: Yankatu Editora, 1984.

LEONEL, Mario. **A morte social dos rios. Conflito, Natureza e Cultura na Amazônia.** São Paulo: Perspectiva: Instituto de Antropologia e Meio Ambiente: FAPESP, 1998.

LIMA Jr., Jayme Benvenuto; ZETTERSTRÖM, Lena. (Orgs.) **Extrema pobreza no Brasil:** a situação do direito à

alimentação e moradia adequada. Pihddd - Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. Seção Brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MATOS, Maria do Socorro Pacó. **O Olhar Das Mulheres Sateré-Mawé Sobre o Lixo**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura) - Instituto de Ciências Humanas e Letras - UFAM, 2003.

MATOS, Maria do Socorro Pacó. Artesanato, Mercadoria e Resgate Cultural: Uma associação de mulheres indígenas na Amazônia. **Caderno NEPS N.º 02** - Folhas Soltas, publicação do DCiS-ICHL, Universidade do Amazonas, Manaus, agosto de 1996. pp. 5-8.

MIRANDA, Vanessa. **Mulheres indígenas na cidade: cultura, saúde e trabalho (Manaus, 1995-2014)**. Dissertação (Mestrado em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia). FIOCRUZ/UFAM, 2015.

ORTOLAN, Maria Helena. **Rumos do Movimento Indígena no Brasil Contemporâneo: Experiências Exemplares no Vale do Javari**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Unicamp, 2006.

PAOLI, Maria Célia; SÁDER, Eder; TELLES, Vera da Silva. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.3, n.6, p. 129-149, 1983.

ROUSSEFF, Dilma. Prefácio. In: CAMPELLO, Tereza Helena G. B.; SILVA, Tiago Falcão; COSTA, Patrícia Vieira da (Orgs.). **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 15-20.

SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: Por Que a Cultura não é um Objeto em Vias de Extinção? (Parte II). **Mana**, v. 3, n. 2, p.103-150, 1997.

SERTÃ, Ana Luisa A. M. **Fazendo colares, tecendo redes: mulheres indígenas na cidade de Manaus**. (Relatório de Iniciação Científica; Projeto de Mestrado) São Paulo: USP, 2011; 2013.

SMITH, Janet. **“My name is Zenilda and I am from the Sateré-Mawé tribe” One woman's struggle for rights and recognition**. Latin American Studies. Final Year Project. January 1999.

SOUZA, Márcio; BESSA, Ribamar; JURUNA, Mário; MEGARON; TERENA, Marcos. **Os Índios Vão à Luta**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1981.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. O Direito À Alimentação. In: LIMA Jr., Jayme Benvenuto; ZETTERSTRÖM, Lena. (Orgs.) **Extrema pobreza no Brasil: a situação do direito à alimentação e moradia adequada**. Pihddd - Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento. Seção Brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

VERDUM, Ricardo. **Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil (II): Contribuição à Formulação de Políticas de Segurança Alimentar Sustentáveis**. Brasília: Inesc, PETI/Museu Nacional, Associação Nacional de Apoio ao Índio/Bahia, Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, 1995.

VERDUM, Ricardo. Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil (I): Uma Contribuição à Formulação de Políticas de Segurança Alimentar. **Subsídio**, n. 19. Brasília: Inesc, 1994.